

Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues

Prefácio

Betina Treiger Gruppenmacher

SUJEIÇÃO PASSIVA E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO

Áreas afins do livro

DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITO ADMINISTRATIVO
E TEORIA DO DIREITO

Palavras-chave

DIREITO TRIBUTÁRIO;
SUJEIÇÃO PASSIVA; RESPONSABILIDADE
TRIBUTÁRIA; DESTINATÁRIO
CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO;
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.



SUJEIÇÃO PASSIVA E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues

Prefácio

Betina Treiger Gruppenmacher

FORUM

Partindo da compreensão de que tributo não é um mero instrumento de abastecimento dos cofres públicos e de que os interesses meramente arrecadatórios não podem se sobrepor aos princípios e normas jurídicas que informam a tributação, o livro tem como objeto de estudo a sujeição passiva e a responsabilidade tributária, matéria que concilia o interesse arrecadatório da Administração Tributária com os direitos constitucionais conferidos aos cidadãos, ao imputar a responsabilidade pelo recolhimento de determinado tributo a um terceiro distinto daquele que realizou o fato jurídico tributário previsto na hipótese de incidência da norma tributária.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 2898

R696s

Rodrigues, Matheus Schwertner Ziccarelli
Sujeição passiva e os limites da responsabilidade tributária / Matheus Schwertner
Ziccarelli Rodrigues. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

204 p. 14,5x21,5 cm

ISBN 978-65-5518-535-5

1. Direito tributário. 2. Sujeição passiva. 3. Responsabilidade tributária. 4. Destinatário
constitucional tributário. 5. Administração tributária. I. Título.

CDD: 341.39

CDU: 34:336(81)

Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues é Conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Mestre em Direito Tributário pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-Graduado em Gestão contábil e Tributária pela FAE Business School. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Advogado licenciado.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Betina Treiger Grupenmacher	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
A NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA E O SUJEITO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA	25
1.1. Premissas para compreensão da norma jurídica tributária	25
1.1.1. O Direito como sistema prescritivo	25
1.1.2. Competência tributária e o conceito de tributo	28
1.1.3. A relação jurídica e o critério de distinção	29
1.1.4. O regime jurídico tributário	31
1.1.5. A fenomenologia da incidência tributária e o processo de positivação do Direito	33
1.1.6. A regra-matriz de incidência tributária	38
1.2. O sujeito passivo da obrigação tributária e o destinatário constitucional tributário	44
1.2.1. A capacidade de realizar o fato jurídico tributário e a capacidade de ser sujeito passivo da obrigação tributária	44
1.2.2. A capacidade tributária passiva prevista no artigo 126 do Código Tributário Nacional	45
1.2.3. A ausência de necessária identidade entre o sujeito que realizou o fato jurídico tributário e o sujeito passivo da relação jurídica tributária correspondente	46
1.2.4. O conceito de sujeição passiva tributária e o “desapego” ao sujeito que realizou o fato jurídico tributário	49
1.2.5. O destinatário constitucional tributário	50
1.2.6. O destinatário constitucional tributário e as espécies tributárias	52
1.2.7. O destinatário constitucional tributário como elemento de verificação da constitucionalidade da norma	54
1.3. Espécies de sujeição passiva tributária	55
1.3.1. Classificações no direito	55
1.3.2. O critério de distinção na sujeição passiva tributária: classificações doutrinárias	57
1.3.3. Nosso critério de distinção: contribuinte e responsável tributário	60
CAPÍTULO 2	
OS FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA E SUAS MODALIDADES	63
2.1. A responsabilidade tributária como exceção à regra constitucional	63
2.1.1. A responsabilidade como proposição prescritiva que compõe a norma geral de tributação	65
2.1.2. A responsabilidade tributária e suas modalidades	66
2.1.2.1. Responsabilidade por substituição	66
2.1.2.2. Responsabilidade por transferência	68
2.2. A capacidade colaborativa como critério essencial de escolha do responsável tributário	70
2.2.1. Conceito jurídico de capacidade	70

2.2.2.	Capacidade colaborativa como requisito para instituição da responsabilidade tributária	70
2.2.3.	O reconhecimento da capacidade de colaboração	71
2.3.	O dever de colaborar com a Administração Pública como fundamento da responsabilidade tributária	73
2.3.1.	O dever fundamental de pagar tributos	74
2.3.2.	O dever de colaboração com a Administração Tributária.....	76
2.4.	A classificação da norma de responsabilidade tributária quanto ao seu fundamento: dever de colaborar com a Administração Tributária ou sanção.....	79
2.4.1.	A responsabilidade como concretização do dever de colaborar com a Administração Tributária	80
2.4.2.	A responsabilidade como sanção em razão do descumprimento do dever de colaborar com a Administração Tributária	82
2.4.3.	A responsabilidade como sanção por ato doloso	86
2.4.4.	Síntese conclusiva e explicativa	89

CAPÍTULO 3

	OS LIMITES CONSTITUCIONAIS AO INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	91
3.1.	O princípio da legalidade tributária e a disciplina por lei complementar.....	92
3.1.1.	O princípio da legalidade e da vinculabilidade da tributação.....	92
3.1.2.	As normas gerais de Direito Tributário e a reserva de lei complementar.....	94
3.1.3.	A reserva de lei complementar e a responsabilidade tributária.....	99
3.1.4.	Síntese conclusiva	102
3.2.	O princípio da capacidade contributiva	102
3.2.1.	A capacidade contributiva absoluta ou objetiva e a capacidade contributiva relativa ou subjetiva	103
3.2.2.	A capacidade contributiva e a responsabilidade tributária.....	104
3.2.3.	Síntese conclusiva	107
3.3.	O princípio da vedação à tributação com efeitos de confisco	107
3.3.1.	A indeterminação da expressão “efeito de confisco” e a construção doutrinária e jurisprudencial	108
3.3.2.	O princípio da vedação à tributação com efeitos de confisco e a responsabilidade tributária	111
3.3.3.	Síntese conclusiva	112
3.4.	Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	112
3.4.1.	Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e a responsabilidade tributária.....	113
3.4.2.	Síntese conclusiva	117

CAPÍTULO 4

	OS LIMITES PREVISTOS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL AO INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	119
4.1.	O artigo 121 do Código Tributário Nacional: sujeito passivo e responsabilidade tributária	121
4.1.1.	Responsável como espécie do gênero sujeito passivo da obrigação principal	122

4.1.2.	O critério residual para classificação do sujeito passivo	123
4.1.3.	A exigência de disposição expressa de lei	123
4.2.	O artigo 124 do Código Tributário Nacional: solidariedade passiva tributária.....	124
4.2.1.	Solidariedade como graduação da responsabilidade dos sujeitos que compõem conjuntamente o polo passivo da mesma obrigação tributária.....	125
4.2.2.	O interesse comum na situação que constitua o fato jurídico tributário	129
4.2.3.	A interpretação sistemática do inciso II do artigo 124 do CTN	135
4.3.	O artigo 128 do Código Tributário Nacional	137
4.3.1.	A autorização para definir novas hipóteses distintas daquelas já elencadas pelo CTN e o reconhecimento da harmonia entre a cláusula geral e as hipóteses previstas em lei complementar	138
4.3.2.	O vínculo do responsável com o fato jurídico tributário.....	140
4.3.2.1.	O critério residual: vínculo distinto do estabelecido entre contribuinte e o fato jurídico tributário	140
4.3.2.2.	Os fundamentos para exigência do vínculo com o fato jurídico tributário	141
4.3.2.3.	A repercussão jurídica do tributo	143
4.4.	Extensão da responsabilidade tributária	149
4.4.1.	A distinção entre o conceito de crédito tributário e o conceito de tributo para fins de delimitação da extensão da responsabilidade tributária	149
4.4.2.	A extensão da responsabilidade quanto às penalidades pecuniárias	153
4.4.3.	A extensão do artigo 129 do CTN quanto à responsabilidade dos sucessores	155
4.5.	Os efeitos da responsabilidade tributária: solidariedade, subsidiariedade e pessoalidade	158
4.5.1.	A responsabilidade solidária.....	159
4.5.1.1.	Os efeitos da solidariedade previstos no artigo 125 do Código Tributário Nacional.....	160
4.5.2.	A responsabilidade subsidiária.....	164
4.5.3.	A responsabilidade pessoal ou exclusiva	166
4.6.	Considerações acerca do lançamento e da cobrança do crédito tributário em face do responsável tributário	168
4.6.1.	Considerações gerais acerca do lançamento e do auto de infração	168
4.6.2.	O requisito de individualização do sujeito passivo e a necessária constituição da norma individual e concreta em face do responsável tributário	171
4.6.3.	O lançamento tributário em face do responsável e a observância ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.....	174
4.6.4.	A impossibilidade de promover ou redirecionar a execução fiscal sem a prévia constituição da norma individual e concreta em face do responsável tributário.....	176
	CONCLUSÕES	181
	REFERÊNCIAS.....	199